

Projeto de Resolução n.º 26/XIII

Recomenda o reconhecimento e o reforço das entidades da economia social

A Economia Social tem profundas raízes em Portugal e é protagonista secular de apoio à sociedade.

O bem-fazer ao seu semelhante, a entreatajuda e a solicitude instintiva sempre caracterizaram a população portuguesa que, a cada momento, encontrou a melhor forma de, individual e coletivamente, ser solidária.

A importância desta nossa forma de estar no mundo é tão forte que encontrou expressão e reconhecimento na própria Constituição da República Portuguesa, (art.º 82 número 4 da CRP), assim merecendo o respeito dos poderes constituídos.

Por outro lado, esta dimensão social, evidenciada e reforçada com a criação, pela primeira vez, em 2013, da conta satélite para a Economia Social, pelo XIX Governo Constitucional, veio demonstrar o papel determinante que as mais de 55 mil organizações que a compõem representam na economia nacional. Assim, é possível constatar que as mesmas representam 2,8% do Valor Acrescentado Bruto e 5,5% do emprego remunerado, valores superiores, por exemplo, aos sectores da atividade financeira e seguradora.

A forte heterogeneidade do sector social, a sua disseminação por todo o território nacional e o seu conhecimento e proximidade junto das populações onde estão inseridas, têm sido garante ao longo destes anos de um trabalho fundamental de desenvolvimento local, geração de riqueza e criação de emprego. Em muitos territórios, principalmente nos de baixa densidade, são estas organizações as principais empregadoras.

Para além disso, o sector social pela sua natureza não lucrativa, é fortemente dinâmico no incentivo ao voluntariado social, sendo milhares os cidadãos que, de forma altruísta, intermediados por estas instituições, têm uma ação relevantíssima junto dos cidadãos mais carenciados.

Nesta visão global, devemos destacar, em particular o trabalho desenvolvido pelo sector social e solidário. Nos momentos mais difíceis que Portugal atravessou, com a crise económica e financeira herdada do Governo do Partido Socialista, foram estas instituições que permitiram manter a coesão social, contribuindo para um trabalho de proximidade junto dos mais frágeis e vulneráveis da sociedade.

Não reconhecer o trabalho do sector social e solidário é anular séculos de dedicação destas instituições em prol da sociedade portuguesa, principalmente daqueles que mais necessitam em situações de emergência social.

O Governo PSD/CDS soube reconhecer este fundamental trabalho, interpretando as suas novas necessidades e construindo com o sector social e solidário um novo paradigma relacional.

Com efeito, deixou de existir um Estado-tutelar, que tudo controla, passando a prevalecer um Estado-parceiro, que dialoga e descentraliza através de políticas de proximidade com quem melhor conhece as comunidades e com quem melhor responde às necessidades de modo eficiente e eficaz.

Por isso, esta parceria virtuosa avulta em momentos difíceis e permite destacar o indivíduo numa sociedade cada vez mais globalizada e impessoalizada.

É por isso, e em síntese, da mais elementar justiça evidenciar a importância das instituições da economia social e dos milhares de cidadãos que as vivificam e corporizam.

Pouco importaria a pedra e o cimento que dão corpo físico aos equipamentos sociais, não fora o papel das mulheres e dos homens que, no dia-a-dia, incansavelmente, cumprem a sua cidadania a favor de quem mais precisa.

De resto, podemos hoje constatar, até por comparação com outros países, que o amparo e solidariedade destas instituições e os princípios que norteiam quem nelas dá o melhor de si próprio, foram o esteio da paz social que preservámos nos momentos mais difíceis.

Não podemos ignorar os “anos de chumbo” que os recentes Governos do Partido Socialista deixaram ao país. Aos cofres vazios responderam com a fuga e com um pesado “Memorando de Entendimento”.

Às Instituições Sociais a quem tinham prometido milhões que não existiam e incentivado a construir múltiplos equipamentos, sem cuidar da sua sustentabilidade, abandonaram-nas, também, no momento em que elas precisavam de estar mais fortalecidas para responder aos tempos de dificuldades.

Hoje, mais do que nunca, estas pessoas e instituições merecem a nossa exaltação e agradecimento. E, naturalmente, a promessa de que continuaremos a seu lado, a apoiar a sua ação, de forma dialogante.

Importa salientar ainda, que o Governo do PSD/CDS “foi além da Troika”, sim, mas na defesa do Estado Social e das suas instituições, apesar da margem estreita de que dispunha para negociar.

A uma situação de emergência social deixada pelo Governo do Partido Socialista respondemos com um Programa de Emergência Social para, com e pelas instituições.

Implementámos importantes e fundamentais reformas para este setor de forma a reforçar o seu papel, mas sobretudo preparando-o para os novos desafios do futuro.

Após a aprovação, por unanimidade, na Assembleia da República, da Lei de Bases da Economia Social, deu-se corpo a um conjunto de alterações legislativas determinantes, como foi o caso do novo estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e o novo Código Cooperativo, introduzindo maior rigor e transparência na sua ação e melhores condições para a observância da sua sustentabilidade económica e financeira.

Outro passo fundamental foi a definição das bases da cooperação e dos seus princípios orientadores no relacionamento entre o Estado, a Administração Pública e o sector social e solidário, alargando a sua ação às áreas do emprego, saúde e educação. Estas alterações legislativas visaram modernizar e adequar o sector à realidade que era regido por normas obsoletas e disfuncionais, com décadas de existência.

Assim, estas instituições têm vindo a contar, para além de legislação moderna e de um diálogo constante, com medidas que têm permitido um apoio fundamental às próprias instituições e aos que nelas trabalham e, muito especialmente, às populações que a elas recorrem.

Importa recordar, agora e para memória futura, que:

1 – Celebraram-se acordos de cooperação no valor de 1,2 mil milhões de euros anuais, e que beneficiaram de um aumento de 5.1% neste mandato, ou seja, mais 61 milhões de euros. Refira-se, neste particular, para além do aumento da verba, que a plurianualidade tem permitido uma gestão eficaz e sem sobressaltos de tesouraria às instituições;

2- Firmaram-se mais de 2.200 novos acordos de cooperação com as instituições, ultrapassando os 14 mil acordos a nível nacional, um nível nunca antes atingido de contratualização e que se traduz na comparticipação de vagas a 460 mil portugueses;

3– Promoveram-se isenções fiscais no valor de 170 milhões de euros em sede de IRC e IVA e agilizaram-se as transferências das consignações para as Instituições Particulares de Solidariedade Social em sede de IRS até Março do ano seguinte. Recorde-se que esta operação costumava demorar cerca de dois anos;

4 – Abriu-se uma linha de crédito no valor de 187,5 milhões de euros para obras e tesouraria;

5 – Recuperou-se a génese do Fundo de Socorro Social para o apoio em situações de desequilíbrio financeiro e de aquisição de equipamentos que permitiu investir mais de 33 milhões de euros na sustentabilidade das instituições;

6 – Transferiram-se 39 equipamentos tutelados pela Segurança Social, possibilitando uma melhor resposta aos seus utentes e com menor onerosidade para o contribuinte;

7– Reprogramou-se o QREN para a inclusão social com um reforço de 80 milhões de euros para um total de 193 milhões de euros;

8 – Aumentou-se a comparticipação para lares de infância e juventude para um máximo de 700 euros, o que representou, nalguns casos, um acréscimo de 48%;

9– Alterou-se a legislação de creches e lares para maximizar a sua resposta criando-se mais de 19 mil novos lugares;

10 – Lançou-se uma nova geração de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, denominada CLDS 3 G, de modo a potenciar os territórios e a capacitar os cidadãos e as famílias no novo ciclo económico que se avizinha;

11 – Criou-se a Rede Local de Intervenção Social (RLIS) como modelo de organização articulada e integrada, favorecendo a proximidade entre entidades

públicas e da economia social com responsabilidade no desenvolvimento da ação social:

12 – Negociou-se um Programa Operacional para a Integração Social e o Emprego – POISE – no âmbito do Portugal 2020, no valor de mais de 2 mil milhões de euros;

13 – Liquidou-se, até, a dívida deixada pelo Governo do Partido Socialista às instituições sociais, no valor de 5,7 milhões de euros, que existia desde 2008.

14 – Acima de tudo, formou-se uma parceria perfeita em que o Estado regula, financia e fiscaliza e as instituições da economia social prestam o mais relevante dos serviços: o apoio pronto e efetivo a quem dele precisa.

Ainda fundamental é referir que estas instituições, que estão espalhadas por todo o país, são elas próprias criadoras de emprego, pois só nos últimos 4 anos foram criados 46 000 postos de trabalho.

Trata-se de postos de trabalho em zonas muitas das vezes economicamente débeis, sem grandes oportunidades de emprego, que permite a estas instituições dar mais um contributo para a promoção das comunidades locais.

Por tudo isto se pode caracterizar o relacionamento com estas instituições como de serviço, confiança, parceria, proximidade, sustentabilidade e inovação social.

Não se pode aceitar que haja partidos que, pela voz dos seus Deputados, ataquem soezmente as instituições da economia social e insultem as cidadãs e os cidadãos que nelas trabalham – e são 200 000 pessoas a apoiar diretamente 700

000 – fazendo tábua rasa da Constituição de que tanto gostam de falar, mas que esquecem quando não lhes convém.

Nós PSD e CDS saberemos, sempre, dar resposta adequada a uma cartilha ideológica radical que não respeita a excelência do trabalho desenvolvido pelos milhares de instituições da economia social.

Sempre defendemos e continuaremos a defender os valores humanistas, social-democratas e democratas cristãos que enformam a história da solidariedade portuguesa.

As Misericórdias, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Mutualidades, as Cooperativas e todas as formas associativas que fortalecem a nossa sociedade podem contar connosco. Estaremos na linha da frente a defender o seu legado e o seu futuro.

Não pactuamos com aqueles que, por ignorância, radicalismo ou cegueira ideológica defendem o Estado todo-poderoso e onnipotente porque temem o indivíduo e as suas organizações.

O que fizemos com as instituições num período de emergência social, continuaremos a fazê-lo num período de crescimento.

Este será sempre o nosso compromisso. Um compromisso solidário assente sempre numa relação de parceria.

Assim,

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados dos Partidos Social Democrata e Centro Democrático Social propõem que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 – Prossiga com políticas de contratualização com o setor da economia social que obedeça a um quadro legal definido e a uma regulação forte;

Nesta linha, o combate às desigualdades sociais deve ser a primeira prioridade, com o lançamento de um Programa de Desenvolvimento Social, que defina uma estratégia transversal e multissetorial assente numa parceria público-social;

2 - Desenvolva uma nova geração de políticas públicas, mais focadas na capacitação e autonomia das pessoas e famílias, mais integradas e coerentes, com maior envolvimento da comunidade, sustentáveis e com maior equidade, promovendo uma maior coesão social;

3 - Reforce a promoção de uma cidadania ativa e de uma cultura de responsabilidade social que deverá assumir um papel de relevo neste novo paradigma de intervenção. Pretendemos um Estado cada vez mais próximo das pessoas, com uma forte humanização e personalização nas políticas de apoio social, cabendo à Administração Pública assegurar o seu papel imprescindível de cofinanciador, de supervisor e de regulador, tendo como parceiro privilegiado as instituições da economia social;

4 - Aprofunde a transferência de competências da Administração central e descentralizada, para a rede social e solidária;

5 - Incentive as instituições da economia social a um trabalho em rede e de parceria, partilhando serviços e recursos e dando especial enfoque às questões da inovação e do empreendedorismo social;

6 - Lance um programa nacional para a requalificação das respostas sociais atualmente existentes, no sentido de adequar as infraestruturas às novas realidades e necessidades das pessoas.

Palácio de S. Bento, 26 de Novembro de 2015

Os deputados